



**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (EAD) UNIAFRO – POLÍTICA DE IGUALDADE
RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

FRANCISCO HELTON MONTE DE LIMA SILVA

ALGUNS APONTAMENTOS E DISCUSSÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL

REDENÇÃO – CE

2016

FRANCISCO HELTON MONTE DE LIMA SILVA

ALGUNS APONTAMENTOS E DISCUSSÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL

Trabalho apresentado ao curso de Pós-graduação Lato Sensu à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, para conclusão do curso UNIAFRO – Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello

REDENÇÃO – CE

2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

S578a

Silva, Francisco Helton Monte de Lima.

Alguns apontamentos e discussões sobre o racismo no Brasil. / Francisco Helton Monte de Lima Silva. – Redenção, 2016.

38 f.: il.; 30 cm.

Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello.

Inclui referências.

1. Discriminação racial - Brasil. 2. Racismo – Brasil. I. Título.

CDD 305.800981

FRANCISCO HELTON MONTE DE LIMA SILVA

ALGUNS APONTAMENTOS E DISCUSSÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL

Trabalho apresentado ao curso de Pós-graduação Lato Sensu à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, para conclusão do curso UNIAFRO – Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar.

Data de Defesa: 23 de Junho de 2016.

Resultado: _____

Profª. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello – Orientadora

Profª. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda – Banca examinadora

Profª. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva – Banca examinadora

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, FRANCISCO HELTON MONTE DE LIMA SILVA, matriculado na UNILAB com o número 2015109342, pós-graduando EAD, declaro publicamente ser autor da monografia intitulada **Alguns apontamentos e discussões sobre o racismo no Brasil** e assumo a responsabilidade pela fidedignidade dos conteúdos apresentados, para os quais não existem restrições de divulgação e pela lisura com que foram por mim obtidos e empregados, sem qualquer violação de direito autoral.

Redenção (CE), Junho de 2016.

Assinatura

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a pessoas como você! Que assim como eu, adoramos desfrutar o prazer da leitura como eternos aprendizes, que procuram sempre o que há de essencial especialmente nas pequenas coisas da vida e que também procuram saborear ao máximo o valor do pesquisar. E que, além disso, faz parte daqueles que acreditam que lutar pelas causas que muitos outros consideram perdidas, vale muito a pena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente e primeiramente a Deus pelo dom da vida e pelas oportunidades que me foram conferidas. Também tenho inenarráveis agradecimentos para fazer a minha querida esposa Ardeliane Rodrigues, ao meu pai, Francisco Benedito da Silva e a minha mãe, Francisca Berenice Monte de Lima Silva, por terem desde a minha tenra idade me influenciado no maravilhoso e desafiante caminho da educação. Agradeço aos meus avôs e as minhas avós paternos e maternos que, sobretudo, porque os tenho como verdadeiros Griots, sempre me contando suas histórias excepcionais e surpreendentes. Agradeço muitíssimo a minha orientadora Marina Pereira de Almeida Mello, certamente pelas longas horas de dedicação e sempre mostrando que nos momentos mais difíceis o trabalho tem que continuar, o seu apoio e a sua paciência foram fundamentais para a continuação desse trabalho. Agradeço aos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Vana Rousseff por terem proporcionado e transformado Redenção em uma cidade universitária com a idealização e a construção da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Agradeço a todos os professores e professoras, diretores e diretoras, coordenadores e coordenadoras por onde eu passei, e ainda por onde vou passar. Suas contribuições para a minha formação foram incalculáveis. Agradeço a todos os meus alunos e minhas alunas, pois, também consigo aprender muito com eles. E por fim, a todos os meus outros familiares e também aos amigos, inclusive os que ainda vou conhecer. Lembrando com isso que nunca caminharemos sozinhos.

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.

(Eric Hobsbawm, 1914-1991)

“Nos achamos em campo a tratar da liberdade”

João José Reis

RESUMO

Este trabalho intitulado “Alguns apontamentos e discussões sobre o racismo no Brasil” pretende analisar minimamente as consequências que o racismo ocasionou para a sociedade brasileira. Procurando entender o seu surgimento e o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Para tanto se deve fazer observações e questionamentos quanto à origem e o conceito de raça, tendo como consequência a instauração do racismo e também como ele foi combatido. Apontando fatos históricos, políticos e sociais que contribuíram para o seu desenrolar. Tendo em vista a intensão de elucidar surgidas referentes a posicionamentos antagônicos para o tema em questão. E também como uma forma de voltar ao passado e visualizar processos que tanto transformaram e marcaram a história do nosso país. A partir de estudos e pesquisas históricas e antropológicas passamos a ter a percepção da suma importância das manifestações contrárias que foram realizadas contra a adoção de pensamentos e de atitudes racistas, entender que esses embates ocorreram através de movimentos de certa forma unificados, seja por meios artísticos, coletivos ou individuais, seja por meio de denúncias, por meios de lutas, como também por meios de leis e de políticas inseridas em práticas educacionais.

Palavras-chave: raça; racismo; combatividade.

ABSTRACT

This work entitled "Some notes and discussions on racism in Brazil" intends to minimally examine the consequences that led racism to Brazilian society. Trying to understand its emergence and its development over time. For that you must make observations and questions about the origin and the concept of race, resulting in the establishment of racism and also how it was fought. Pointing historical, political and social factors that contributed to its proceedings. Given the intention of arising elucidations concerning contending positions to the issue at hand. And also as a way to return to the past and visualize processes that both transformed and marked the history of our country. From studies and historical and anthropological research move to have the perception of the paramount importance of counter-demonstrations were held against the adoption of thoughts and racist attitudes, understand that these clashes occurred through movement in a unified way, either by artistic means , collective or individual, either through complaints by means of struggle, as well as by means of laws and policies placed in educational practices.

Keywords: race; racism; combativeness.

SUMÁRIO

Introdução.....	p. 10
Capítulo 1 – A origem do termo raça	p. 13
1.1 – O conceito “raça”.....	p. 16
1.2 – Alguns apontamentos sobre a questão étnico racial no Brasil	p. 20
Capítulo 2 – Problematizações acerca da ideia de “Democracia Racial”	p. 26
Capítulo 3 – Breve histórico de alguns movimentos, lutas e conquistas no combate ao racismo no Brasil	p. 31
Considerações finais	p. 36
Referências bibliográficas.....	p. 37

INTRODUÇÃO

Fazer alguns apontamentos e discussões sobre o racismo no Brasil surge com o propósito de conhecer e de tentar compreender a complexidade e as implicações que me foram despertando diante desse tema. Para isso, o aprofundamento desse conhecimento baseou-se em orientações, leituras e reflexões histórico-sociais e também antropológicas tratadas sobre diversas perspectivas, de modo que as discussões estivessem cada vez mais abertas. Sendo assim, há a necessidade de afirmar que o objeto de estudo não será demonstrado apenas por experiências de um passado tão longínquo, mas também em contextos e em épocas diferentes, salientando aqui que o passado e presente podem ser mencionados e retomados algumas vezes.

A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho foi a de análise bibliográfica, tendo sempre em vista uma revisão da literatura, nas quais pudessem ser viabilizadas respostas para as seguintes perguntas: Qual o conceito de raça? Como o racismo se estabeleceu na sociedade brasileira? Existe a “democracia racial” em nosso país? E quais as implicações que o racismo ocasiona na sociedade? Para tentar responder a essas e outras questões que surgiram busquei teorias e explicações nos estudos de: Schwarcz (1993) e (2010), Carone (2014), Bento (2014), Gomes (2012), Guimarães (2002), Fernandes (2008), Ribeiro (1995), Freyre (2006), Nogueira (2006), Maio (1999), Pena (2002), Boulos Júnior (2008), e (2012), Mello (2013), Rodrigues (2013), Reis (2011) e Munanga (2006) e (2009). Através das pesquisas dos autores citados anteriormente observei que os debates e os questionamentos quanto aos termos “raça” ou racismo são deveras antagônicos e que essas posturas tomadas por eles enriquecem ainda mais a problematização do tema.

Outro fator bastante relevante na temática dessa pesquisa é a forma como o racismo é manifestado, já que, pode-se analisar o racismo como um fenômeno estrutural que atravessa todas as classes sociais em nosso país. Ainda há muita censura quando esse assunto vem à tona, o racismo mostra-se mascarado. Como podemos combater um inimigo que não se pode ver? De certo modo, o racismo surge ou ressurge com denúncias de violências oriundas de processos que remontem à escravidão, posto que mentalidades que reportam o “ser negro” como subserviente e subalternizado se perpetuam por meio de um imaginário que associa o longo período de escravidão negra do Brasil a passividade. E não foi bem isso que ocorreu.

No primeiro capítulo pretende-se abordar como ocorreu a origem e o desenvolvimento do termo “raça”, quais conceitos foram dados a essa denominação, e a partir daí procurar fazer alguns apontamentos sobre a questão étnico-racial no Brasil.

No segundo capítulo a pesquisa foi tratada a partir das problematizações acerca da divulgação de uma “democracia racial” no Brasil, e no que isso acarretou no desenrolar histórico do país, sobretudo com muitas contestações ao uso do termo.

E no terceiro capítulo, abordar com um breve histórico alguns movimentos, lutas e conquistas no combate ao racismo no Brasil, mostrando que essas manifestações sempre estiveram presentes.

Considerando a gênese das ideias sobre a racialização das diferenças, também é oportuno lembrar que ideologias anteriores ao período de escravidão no Brasil, como as do arianismo, por exemplo, pretendem afirmar a existência de quesitos que estabelecem uma superioridade e uma inferioridade a determinadas raças.

Demonstrando e contextualizando um pouco mais com as transformações na história, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que ideologias nazifascistas foram difundidas pregando a superioridade de uma raça sobre as demais, fundamentadas no arianismo e caracterizadas pelo ódio e pelo genocídio causando profundos impactos para a humanidade.

No mundo pós-guerra importantes órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e também a UNESCO, iniciaram projetos e metas de combate ao racismo, além de estudos socioantropológicos em que o Brasil era apresentado como um país em que existia a “democracia racial” principalmente com a miscigenação e a assimilação, justificando assim que grupos étnicos ou raciais não são inferiores ou superiores.

Aqui no Brasil, o questionamento de uma “democracia racial” foi combatido através da academia e, sobretudo por meio de muitas lutas desenvolvidas pelo Movimento Negro, fortemente na década de 1980 e esses combates conseguiram gradativamente importantes conquistas, mesmo que demoradas, como a criação da Lei nº 10.639/2003, que instituiu o ensino obrigatório de História da África e da Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e particulares valorizando as lutas das populações negras e objetivando acabar com o racismo através de práticas educacionais.

Por fim, esse trabalho tem a pretensão de contribuir mesmo que temporariamente com pesquisas acadêmicas sobre “raça” e racismo no Brasil e o seu desenvolvimento ao longo do tempo, colaborando assim com análises, reflexões ou informações que também possam fomentar debates e elucidações sobre o objeto do estudo.

CAPÍTULO 1. A ORIGEM DO TERMO “RAÇA”

O termo “raça” traz em si uma série de significados que foram criados para determinados fins específicos através do tempo. Dentre eles, talvez, o seu principal intuito foi o de estabelecer e de legitimar uma superioridade de uma “raça” considerada “pura”, para que essa tivesse o direito e o poder de subjugar outros povos ou outras “raças” consideradas inferiores ou “impuras”. É importante ressaltar que as teorias raciais não surgiram no Brasil por acaso, podemos fazer essa observação quando Schwarcz (1993) afirma acerca do desenrolar histórico:

A partir de 1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo. No entanto, a entrada coletiva, simultânea e maciça dessas doutrinas acarretou, nas leituras mais contemporâneas sobre o período, uma percepção por demais unívoca e mesmo coincidente de todas essas tendências (SCHWARCZ, 1993, p. 43).

De modo geral a autora nos leva a reflexão de que havia distinções nas teorias que chegavam ao Brasil naquela época, mas, a maneira como foram apresentadas nos direcionam a um denominador comum, que seria a forte presença da afirmação de uma ordem na qual havia de fato um grupo mais evoluído que outro, e como consequência a importância desse grupo para a humanidade seria bem maior que a do outro grupo, considerado inferior. E esse conceito ou esse termo denominado “raça”, foi veemente propagado, divulgado, discutido e questionado como nos mostra a pesquisa de Gomes (2012):

O uso do termo “raça” para se referir ao segmento negro sempre produziu uma longa discussão no campo das Ciências Sociais de um modo geral e na vida cotidiana do povo brasileiro, em específico. Na realidade quando alguém pergunta: qual é a sua raça? Nem sempre recebe como resposta uma reação positiva da outra pessoa. Alguns ficam desconcertados, outros não sabem o que responder, alguns acham que é uma piada e outros reagem com agressividade. Nem sempre a reação é positiva e a pessoa questionada nem sempre responde imediatamente. Além disso, no campo complexo das relações entre negros e brancos estabelecidos em nosso país, dependeremos do contexto em que tal pergunta é feita (GOMES, 2012, p.44).

Percebe-se, inicialmente que a questão racial gera muito conflito e que o uso do termo “raça” ganha outras proporções. Ademais, podemos apontar outros fatores para a persistência desse problema, a associação equivocada entre caracteres morfo-fisiológicos e a classificação racial entre humanos sugere que as características físicas: formato do nariz, do crânio, textura do cabelo e, sobretudo a cor da pele correspondam a atributos de ordem moral e a capacidades como: inteligência. Para o racista, de forma geral, mas não exclusiva, se o ser humano não

apresentar-se com pele branca ou um pouco mais clara que a pele negra, ele provavelmente será alvo tanto de preconceito e de discriminação quanto de intenção de subjugação.

Assim, considerando o racismo como uma conjugação entre discursos e práticas: na sociedade brasileira e também em outros países, a opressão (sob a forma de desqualificação, violências e exploração indiscriminada) atinge indivíduos e populações negras consideradas subalternas, ocasionando assim, desde cedo, uma desigualdade que perdura até os dias atuais.

Duas vertentes ficaram em evidência no debate sobre a origem da “raça”, de um lado o monogenismo e de outro o poligenismo. De acordo com as pesquisas de Schwarcz (1993, p. 48): “De um lado, a visão monogenista, dominante até meados do século XIX, congregou a maior parte dos pensadores que, conforme as escritas bíblicas acreditavam que a humanidade era una.” Confirmando essa visão não haveria aqui a possibilidade da divisão de raças devido a unidade existente, e vale lembrar que essa opinião era estabelecida pela Igreja Católica. Com relação ao poligenismo Schwarcz (1993), cita:

A versão poligenista permitiria, por outro lado, o fortalecimento de uma interpretação na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultados de leis biológicas e naturais. Esse tipo de viés foi encorajado, sobretudo pelo nascimento simultâneo da *frenologia* e da *antropometria*, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos. (SCHWARCZ, 1993, p. 48-49)

Coerente com essas preocupações os estudos científicos passam a servir como parâmetros para determinar quem se enquadraria ou não em um processo de evolução. Sendo assim, a separação dos seres humanos em raças implicaria no racismo. Existiram defensores ferrenhos dessa ideologia, um deles foi Joseph Arthur Gobineau (1816-1882), um precursor das teorias raciais e que segundo Carone (2014):

O racismo de Gobineau estava fundado em numa visão poligenista da humanidade e condenava o cruzamento inter-racial, que teria como consequência a perda da pureza do sangue da raça branca e superior e a produção de seres inférteis e incapazes – os sem raça – que viriam a comprometer o potencial civilizatório de nosso povo. O mestiço seria o mulato, equivalente ao mulo, animal híbrido e infértil derivado do cruzamento do jumento com a égua ou do cavalo com a jumenta. (CARONE, 2014, p.14)

Observa-se no racismo defendido por Gobineau a ideia de uma afirmação não só apenas da superioridade da “raça” branca, mas também a defesa de uma pretensa ideia de pureza do sangue da “raça” branca, já que, Gobineau era contrário à mestiçagem de quaisquer “raças”, pois isso implicaria para ele em promiscuidade e degeneração generalizada. Além

disso, ele demonstra uma total aversão as raças então consideradas inferiores classificando-as e tratando-as como incivilizadas. Desse modo, podemos entender que ele era de fato um racista e para compreendermos pessoas assim, vejamos a opinião de Munanga (2009):

Para ser racista, coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de “raças” hierarquizadas dentro da espécie humana. De outro modo, no pensamento de uma pessoa racista existem raças superiores. Em nome das chamadas raças, inúmeras atrocidades foram cometidas nesta humanidade: genocídio de milhões de índios nas Américas, eliminação sistemática de milhões de judeus e ciganos durante a Segunda Guerra Mundial. Como se não bastasse o antissemitismo, a persistência dos mecanismos de discriminação racial na África do Sul durante a Apartheid, nos Estados Unidos, na Europa e em todos os países da América do Sul encabeçados pelo Brasil e em outros cantos do mundo demonstra claramente que o racismo é um fato que confere à “raça” sua realidade política e social. Ou seja, se cientificamente a realidade da raça é contestada, política e ideologicamente esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis. Em outros termos, poder-se-ia reter como traço fundamental próprio a todos os negros (pouco importa a classe social) a situação de excluídos em que se encontram em nível nacional. Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e de pleno exercício da cidadania. (MUNANGA, 2009, p. 15-16)

Nessas palavras de Munanga percebemos suas inquietações diante da realidade social, das mazelas sociais vividas por pessoas que são cotidianamente excluídas dos seus direitos de exercícios públicos, como também das condições de vulnerabilidade social que lhes são impostas desde cedo alicerçadas em meras ideologias raciais que pretendem impedir ou inviabilizar uma vida digna com possibilidades de ascensão social.

1.1. O conceito “raça”

Alguns estudiosos tentaram formular um ou mais conceitos para “raça”, auxiliando e possibilitando entendimentos e discussões acerca do desenrolar histórico referente ao objeto de estudo. Guimarães é um desses estudiosos que procura conceituar o termo “raça”, quando afirma:

Reconheço, todavia, que a minha argumentação repousa sobre dois pressupostos às vezes difíceis de serem percebidos. Primeiro não há raças biológicas, ou seja, na espécie humana nada que possa ser classificado a partir de critérios científicos e corresponda ao que comumente chamamos de “raça” tem existência real; segundo, o que chamamos “raça” tem existência nominal, efetiva e eficaz apenas no mundo social e, portanto somente no mundo social pode ter realidade plena. (Guimarães, 2002, p.50)

Percebemos que o autor prefere afirmar a existência de apenas uma “raça”, a humana, mas, não deixa de enfatizar o problema que o conceito “raça” pode acarretar. Isso fica visível quando faz a colocação biológica e depois evidencia a problemática citando que essa tem validade no mundo social, no mundo real.

Vejamos como podemos entender isso em outro exemplo, dessa vez de Carone quando cita:

Questões antigas retornaram nessa investigação sendo uma delas o próprio conceito de raça. Por mais que a ciências venha a demonstrar que “raça” é uma construção social e ideológica quando se trata da espécie humana, ainda assim não será fácil desmistificar no plano do cotidiano social. Intelectuais negros norte-americanos costumam dizer, em tom de pilhéria, que as suas pesquisas tem demonstrado a falsidade ideológica do conceito de raça, mas isso não os ajuda a conseguir tomar um táxi no meio da noite. [...] No Brasil não são poucas as vezes que motoristas de taxi e ônibus interurbanos deixam de atender aos acenos de negros, tarde da noite ou não. Parece que no fragor da batalha do trânsito das cidades, o racismo, com mais frequência, mostra a cara. (CARONE, 2014, p. 23)

Importantes observações feitas aqui pela autora, focando antes de tudo o preconceito inserido com relação à cor da pele, no caso a pele negra e ela ainda faz a comparação de pessoas negras norte-americanas e de pessoas negras brasileiras que sofrem com problemas semelhantes, isso significa que a amplitude do problema racial é enorme, não tem fronteiras estabelecidas e isso implica e fica evidente na sua forma estrutural, podendo ser complementada com as palavras de Schwarcz, quando cita:

Mas, se tudo isso é verdade – é preciso relativizar o próprio conceito –, também é certo que não estamos diante de uma falsa questão. Demonstrar as limitações do conceito biológico e desconstruir o seu significado histórico não levam a abrir mão de pensar nas suas implicações sociais. De um lado o racismo, o racismo persiste como fenômeno social, mesmo não mais

justificado por fundamentos biológicos. De outro, no caso brasileiro, a mestiçagem e a aposta no branqueamento da população geraram um racismo à brasileira, que percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera íntima e difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista no plano da cultura. (SCHWARCZ, 2010, p. 35-36)

Percebe-se que autora faz uma série de apontamentos relevantes e concernentes a questão citada, “raça” e conseqüentemente o racismo. A autora afirma que mesmo superado o conceito biológico o conceito ideológico ainda persiste. E vai mais além colocando a existência de um “racismo à brasileira”, baseado, sobretudo na estigmatização da cor em função das “políticas de branqueamento” aqui propagadas a partir da introdução das ideias racialistas, interpretadas por “nossos cientistas” que daí elaboraram também uma “eugenia à brasileira”. Se tratando do termo eugenia é importante compreendê-lo nas palavras de Reis¹ (2011):

Essa também era uma proposta da **eugenia** (eu: boa, *genus*: geração), criada em 1883 pelo britânico Francis Galton, com o objetivo de difundir a eliminação das raças inferiores, intervindo, sobretudo, na reprodução das pessoas e nos casamentos inter-raciais. Segundo esse pensamento, era necessário, através dessas práticas, encontrar um maior equilíbrio genético para aprimorar as populações, identificando os traços físicos que apresentassem grupos sociais indesejáveis. Os eugenistas diziam que o problema não se resumia à questão do negro e do mestiço, o que os preocupava era a obtenção de pessoas sadias, evitando-se a reprodução daqueles que pudessem degenerar a raça. No entanto, negros, mestiços e pobres eram os principais responsáveis tanto pela sua miséria material e moral quanto pela degeneração da espécie. (REIS, 2011)

Encontramos aqui mais um dos termos que os adeptos do racismo utilizavam para tentar continuar a propagação e a persuasão principalmente de leigos referentes ao assunto. O termo eugenia é mais um dos que deveria ser questionado e fortemente combatido com toda a sua contextualização.

Continuando a discussão sobre o conceito de “raça” Guimarães (2002) cita:

Paul Gilroy (1998), um dos mais brilhantes intelectuais negros do nosso tempo, e certamente um dos mais envolvidos politicamente no combate ao racismo, declarou-se recentemente inteiramente contrário à manutenção do termo “raça” em nosso vocabulário. Algumas de suas razões não diferem daquelas assumidas pelos que o precederam nesta posição. São elas: 1) no tocante à espécie humana, não existem “raças” biológicas, ou seja, não há no mundo físico e material nada que possa ser corretamente classificado como

¹ REIS, M. C. G. – Doutora em Educação pela UFF. Pesquisadora Associada do NEAB/UF JF. Capacitadora do projeto **A Cor da Cultura**. <http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-12-05-2011>. <Acesso em 27/05/2016>

“raça”; 2) o conceito de “raça” é parte de um discurso científico errôneo e de um discurso político racista, autoritário, antiigualitário e antidemocrático; 3) o uso do termo “raça” apenas reifica uma categoria política abusiva (GILROY apud GUIMARÃES, 2002, p. 48-49).

Gilroy gera dúvida com sua postura adotada. Primeiro, mostra-se contrário à utilização do termo “raça” a ponto de dizer que esse termo não deveria ser utilizado no nosso vocabulário partindo de um pressuposto biológico, afirmando que apenas faz parte de um discurso científico ou político racista. Depois disso, ele menciona que o uso do termo “raça” é muito utilizado para propagação e a persuasão em regimes de sistemas em que sobressaem as questões políticas, autoritárias e antidemocráticas. Assim, percebemos que o termo “raça” e sua utilização estão vinculados ideologicamente e de certa forma, para a imposição e para a manutenção de um poder que vise um reino de despotismo absoluto.

Dessa forma, aqui a desigualdade social, está evidentemente ancorada no “racismo”, pois indivíduos e populações (não brancas) têm suas oportunidades (de trabalho, estudo, em suma de ascensão social) restringidas em função de seu pertencimento étnico-racial. E percebemos a continuidade desse problema e suas consequências quando há a ausência de uma propagação mais veemente referente a ele, a não aceitação da própria identidade e a exclusão ou o distanciamento pelas causas sociais, como mostra Schwarcz:

O fato é que, desde muito neste país, “raça” virou uma definição nacional, mas é também um atributo do outro. Eles são assim, aqueles se comportam de tal maneira, são eles que preconceituam e são violentos. Talvez seja por isso mesmo que no Brasil a identidade nacional parece estar sempre em questão, num jogo esquizofrênico, por definição fadado a não terminar. Afinal, ao menos nesse quesito não há como cobrar do outro a definição do que é próprio. A dicotomia é reintroduzida toda vez que se chega perto da fronteira; ela é resultado não de diferenças objetivas, mas da seleção de dados, elementos e costumes, em determinados momentos acionados e lembrados. (SCHWARCZ, 2010, p. 78)

A opinião da autora nos leva a refletir sobre a questão da aceitação ou da formação identitária, como ela mostra a nossa identidade não está formada, não está definida. Devido muitas vezes a “não aceitação” do seu pertencimento étnico-racial. Esse é um dos problemas da ambiguidade do brasileiro quanto à sua auto definição. Aqueles e aquelas que estando na linha da fronteira (da cor), preferem passar ou estar do outro lado (branco). Isso, muitas vezes, ocorre em função da desinformação e da maneira como essas questões são institucionalmente tratadas pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelo Estado, etc. Com isso, mostrar o outro ou falar sobre o outro se torna na prática bem mais seguro, é como se fosse um mecanismo de defesa para não nos colocarmos a frente de um problema já existente e tão

relevante, e assim, até hoje continua a permanência no preconceito e conseqüentemente do racismo à brasileira.

1.2. Alguns apontamentos sobre a questão étnico racial no Brasil

A questão étnico-racial no Brasil é um tema bastante polêmico e que gera discussões acirradas com pontos de vista completamente antagônicos. No Brasil, sobretudo em meados do século XIX, o país apresenta-se como uma nação de raças mistas, o que é muito mal visto por alguns europeus após este terem aqui visitado, como mostra Schwarcz:

Como estes, vários outros viajantes estiveram no país, entre eles L. Agassiz e o conde Arthur de Gobineau, rememorando aos brasileiros, por meio de seus relatos, as tristes implicações das teorias raciais europeias quando aplicadas ao contexto local: a inviabilidade de uma nação composta por raças mistas. Assim, se não se pode afirmar a existência de um consenso no que se refere à representação do país no exterior, é necessário destacar a força e a relevância desse tipo de interpretação do pessimista, que via no Brasil um “modelo da falta e atraso” em função de sua composição étnica e racial. (SCHWARCZ, 1993, p.36)

Essa visão europeia sobre a formação étnica e racial permaneceu por muito tempo no Brasil mesmo que ideologicamente mostrando o nosso país como degenerado por parte de alguns pesquisadores devido a sua miscigenação, miscigenação essa que ocorreu desde a chegada dos europeus e depois dos africanos. E essa percepção não ocorreu apenas pela visão dos estrangeiros, podemos observar as mudanças no nosso país a partir dos estudos de Schwarcz quando demonstra:

Com efeito, a partir de finais dos anos 70 já podem ser encontrados certos grupos de intelectuais, crescentemente congregados nos diferentes institutos de pesquisa. No interior desses estabelecimentos, tais profissionais encontraram não só reconhecimento social, como o ambiente necessário para o início de uma discussão mais independente, de uma produção que se desvinculava, aos poucos, dos setores hegemônicos e umbilicalmente ligados aos grupos agrários. É justamente esse contexto que propicia o aparecimento de um tipo especializado de profissional. Ávidos leitores da produção científica, sobretudo europeia, esses intelectuais dispersos nos diversos estabelecimentos tenderão a reconhecer-se enquanto “homens de ciência” (SCHWARCZ, 1993, p. 36-37)

Estão entre esses intelectuais denominados “homens de ciência”, por exemplo, nomes como Edgar Roquete Pinto do Museu Nacional, Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e também Raimundo Nina Rodrigues da Faculdade de Medicina da Bahia, entre outros. De certo modo, alguns desses intelectuais, como por exemplo, Nina Rodrigues adotaram uma visão evolucionista de acordo com o darwinismo social sem a preocupação do debate que esse poderia acarretar como mostra mais uma vez, Schwarcz:

O que interessava não era recordar o debate original, restituir a lógica primeira dessas teorias, ou o contexto de sua produção, mas, antes, adaptar o que “combinava” – da justificação de uma espécie de hierarquia natural à comprovação da inferioridade de largos setores da população – e descartar o

que de alguma maneira soava estranho, principalmente quando essas mesmas teorias tomavam como tema os “infortúnios da miscigenação”. (SCHWARCZ, 1993, p. 41)

Assim, inicia-se uma programação de ideias que se diziam estar comprovadas cientificamente que a miscigenação traria um retrocesso para a sociedade brasileira e esse era um problema a ser corrigido, senão, surgiriam outros problemas como, por exemplo, o aumento da criminalidade, podemos observar isso nos estudos de Carone (2014):

Nina Rodrigues, médico e antropólogo, representou a primeira posição, influenciado pela sua participação em discussões científicas europeias da escola de criminalista italiana e da escola médico legal francesa. Supunha que a lei biológica nos dava indicações que os produtos do cruzamento eram tanto menos favoráveis quanto mais se encontravam afastadas as espécies dentro de uma hierarquia zoológica. No caso das raças humanas, embora não se tivesse comprovado a hibridez física dos produtos do cruzamento (esterilidade, por exemplo), poder-se ia verificar uma certa hibridez moral, social e intelectual dos mestiços, de acordo com uma certa escala de mestiçagem, dos “degenerados” aos “intelectualmente superiores”. De acordo com essa escala, Nina Rodrigues propunha a revisão do código penal brasileiro para o julgamento diferenciado, caso a caso, da responsabilidade criminal dos mestiços. (CARONE, 2014, p. 15)

Nina Rodrigues e muitos outros que fazem parte das elites daquela época já começam a temer como ficaria a situação da sociedade brasileira em razão da grande proporção de pessoas negras ou mestiças. É importante ressaltar que esse medo já havia sido instaurado antes da Abolição da Escravatura no Brasil como mostra Bento (2014):

Esse medo assola o Brasil no período próximo à Abolição da Escravatura. Uma enorme massa de negros libertos invade as ruas do país, e tanto eles como a elite sabiam que a condição miserável dessa massa de negros era fruto da apropriação indébita (para sermos elegantes), da violência física e simbólica durante quase quatro séculos, por parte dessa elite. (BENTO, 2014, p. 35-36)

Percebe-se aqui que não há de forma alguma uma visão humanitária por grande parte da elite que gerenciava o Brasil. Muito pelo contrário, mesmo depois de fazerem tantas atrocidades principalmente contra as pessoas negras que foram escravizadas por tão longo tempo no nosso país, ainda se sentem no direito e no dever de buscarem formas que garantam a continuidade das desigualdades, da exploração e acima de tudo da sua segurança. Os princípios para a permanência desse sistema ainda continuavam sendo os mesmos, como exemplifica Bento (2014, p. 35): “Assim, o medo e a projeção podem estar na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio”. Devemos entender que quem reforça e perpetua o “racismo” não são apenas as elites, mas também e inclusive os

“inocentes úteis”, cidadãos e cidadãs comuns que sem saber ou sem querer, mantêm-se em silêncio ou reforçam e perpetuam práticas racistas.

Alguns motivos demonstram o que foi referido anteriormente, como mostra os estudos de Pena (2002):

Nos anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e principalmente, nos anos seguintes, testemunhou-se a emergência de um forte movimento nacionalista no Brasil (Skidmore, 1976: 145-172; Oliveira, 1990: 145-158; Stepan, 1991: 105-106). Segundo Skidmore (1976), o conflito bélico na Europa foi uma lembrança de que o nacionalismo não era algo obsoleto e que a força de um país estava associada à sua capacidade de mobilizar recursos: seu povo, sua terra e sua indústria. Quais eram as potencialidades do Brasil para vir a se tornar uma nação importante no cenário mundial? Esse debate acerca da identidade nacional brasileira era permeado pela questão racial. Na ótica dos determinismos em voga, a viabilidade do Brasil como nação era limitada, pois um dos alicerces de sua sustentação – seu povo – era percebido como de constituição “racial” frágil, faltando-lhe “coerência biológica” por ser constituída “de massas sem raça, heterogeneidades radicais... em vez de unidades biológicas” (Stepan, 1991: 105). O nacionalismo das décadas de 1910 e 1920 foi uma busca de liberação ideológica das amarras impostas pelos ideários racistas (Skidmore, 1976: 146). Oliveira (1990: 145) refere-se a uma vertente “militante” desse nacionalismo, que (envolveu a busca de uma nova identidade e [que] teve como parâmetro a recusa de modelos biológicos que embasavam o pensamento racista). (PENA, 2002, p. 122-123).

Alguns pontos devem ser destacados, primeiro a importância do início de um movimento nacionalista no Brasil após a Primeira Guerra Mundial, como era formada a identidade brasileira enraizada na escravidão e como o Brasil era visto pelos outros países. De fato, a procura de solução para esses problemas não foi priorizada pelas elites brasileiras, acima de tudo porque não pretendiam se envolver numa questão racial para preservar a ideia de uma pressuposta unidade de identificação nacional. Até hoje, essa questão é fortemente silenciada no Brasil como nos mostra Bento (2014):

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil tem um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo branco. Freud identifica a expressão do amor a si mesmo, ou seja, o narcisismo, como elemento que trabalha para a preservação do indivíduo e que gera aversões ao que é estranho, diferente. É como se o diferente, o estranho, pusesse em questão o “normal”, o “universal” exigindo que se modifique, quando se autopreservar remete a imutabilidade. (BENTO, 2014, p. 30)

Importantes colocações da autora demonstrando ademais, como a maioria dos meios de comunicação agem no Brasil, principalmente nas propagandas televisivas que continuam utilizando um estereótipo do branco como uma forma de promover produtos e persuadir consumidores leigos ou alienados. Vale ressaltar aqui que o silêncio e a omissão por parte da grande maioria dos brancos perante as desigualdades raciais, já que, muitos deles são os detentores dos poderes políticos, econômicos e midiáticos no Brasil. Mas, não devemos esquecer que algumas pessoas negras consideradas muito influentes no Brasil também não contribuem ou até mesmo se esquivam da função do combate ao racismo, já que, são tidos como um exemplo a ser seguido. Como nos mostra Ribeiro (1995):

Cada negro de talento extraordinário realiza sua própria carreira, como a de Pele, a de Pixinguinha ou a de Grande Otelo e inumeráveis outros esportistas e artistas, sem encontrar uma linguagem apropriada para a luta anti-racista. O assimilacionismo, como se vê, cria uma atmosfera de fluidez nas relações inter-raciais, mas dissuade o negro para sua luta específica, sem compreender que a vitória só é alcançável pela revolução social. (RIBEIRO, 1995, p. 226-227)

Afirmção muito bem feita essa de Ribeiro (1995), demonstrando o afastamento de pessoas públicas na luta por uma causa tão necessária que é a do combate ao racismo, só que, ele mostra outro fator importante dessa estrutura que é o assimilacionismo, que consiste em diluir no plano imaginário e do “político” as diferenças em um “todo” indiscernível. Ao contrário das ideologias diferencialistas que defendem que diferenças e diferentes devem ser destacadas (os) e não assimiladas, o assimilacionismo praticado no Brasil, sobretudo quanto ao aspecto étnico-racial, assentou-se no ideal de branqueamento e na ideologia de “Democracia Racial”.

Nesse sentido, a brasilidade e a identidade nacional caracterizam-se por uma negação da consciência étnico-racial, inviabilizando em certa medida, a solidariedade entre as vítimas da opressão e da desigualdade, que como mencionamos anteriormente, tem um forte sustentáculo no racismo.

Com este discurso podemos entender a causa e o efeito da questão étnico racial no Brasil, sobre esse problema social Carone (2014), afirma:

O racismo, a despeito de todas as leis antidiscriminatórias e da norma politicamente correta da indesejabilidade do preconceito na convivência social, apenas sofreu transformações formais de expressão. Não é posto nem é dito, mas pressuposto nas relações representações que exaltam a individualidade e a neutralidade racial do branco – a branquitude –

reduzindo o negro a uma coletividade racializada pela intensificação artificial da visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais. As consequências são inevitáveis: a neutralidade de cor/raça protege o indivíduo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade aumentada do negro o torna um alvo preferencial de descargas de frustrações impostas pela vida social. (CARONE, 2014, p. 23)

A autora expressa muito bem a realidade existente e persistente com os problemas sociais vividos e enfrentados pelas pessoas negras. Voltando um pouco ao passado devemos lembrar como estava se constituindo o cenário nacional e que importantes transformações propiciaram o seu desenvolvimento como mostra Guimarães (2002):

A modernidade brasileira é, sem dúvida, produto dos últimos setenta anos. Os sociólogos e cientistas políticos demarcam, geralmente, tal modernidade com a revolução de 1930, que pôs fim a Primeira República (1889-1929). Se em relação ao império (1823-1889), a Primeira República procurou modernizar o Brasil através da adoção de novas instituições, da europeização dos costumes (Freyre, 1936) e do incentivo à migração (Seyferth, 1990; Schwarcz, 1993), em continuidade com aquele, manteve uma nacionalidade ostensivamente polarizada, marcada pela enorme distância entre brancos e pretos, civilizados e matutos. Foi apenas a partir de 1930, principalmente com o Estado Novo (1937-1945) e a Segunda República (1945-1964) que o Brasil ganhou definitivamente um “povo”, ou seja, inventou para si uma tradição e uma origem. (GUIMARÃES, 2002, p. 117)

Devemos compreender a importância desses acontecimentos históricos que ocorreram dentro do Brasil, mas, sem desvincular o que se passava também em outros países. Um acontecimento que não podemos deixar passar sem mencioná-lo foi a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que com ideologias nazifascistas ocasionaram tremendas atrocidades para a humanidade, em nome do racismo e seu corolário: a ânsia por pureza racial como uma forma de justificativa para a realização de genocídio, sobretudo da população de origem semita (judeus em sua maioria), bem como ciganos e outras populações “não arianas”. Findada a guerra, mudanças foram iniciadas contra as máculas que ela deixou como mostra Schwarcz (2010):

A Segunda Guerra Mundial havia revelado os usos inesperados do conceito ontológico e determinista de raça, e a Unesco pretendia tomar a dianteira para inaugurar um debate mais humanista e contraposto ao enfoque biologizante. É nesse sentido que se podem entender as três grandes atividades promovidas pela instituição. A primeira foi convocar uma reunião com o intuito de elaborar um manifesto a respeito do conceito de raça, condenando o conteúdo racista da ideologia do Estado nazista. (SCHWARCZ, 2010, p. 32)

E Schwarcz (2010), traz outras questões para a complementação dos fatos quando mostra:

O consenso momentâneo só pode ser compreendido levando-se em conta o panorama do pós-guerra; a crítica alcançava ainda a persistência do racismo nos Estados Unidos e na África do Sul, bem como os novos problemas gestados pela descolonização na África e na Ásia. Por isso mesmo, e como segunda medida emergencial, a Unesco publicou uma série de estudos sobre raça e relações raciais, com o objetivo de dar publicidade a questão. A terceira decisão, aquela que nos interessa mais de perto, referia-se a realizar uma pesquisa sobre relações raciais no Brasil, país que surgia indicado como modelo de convivência racial. E fato que no próprio ambiente intelectual brasileiro não se desconhecia as profundas desigualdades sociais aqui existentes. (SCHWARCZ, 2010, p. 32)

Assim, podemos perceber quais foram as circunstâncias em que o Brasil tornou-se um “modelo” positivo para as relações raciais: uma alternativa aos horrores do genocídio racista praticado durante a Segunda Grande Guerra e um alvo dos interesses da Organização das Nações Unidas (ONU), através da viabilidade de pesquisas raciais organizadas pela Unesco, observamos isso na pesquisa de Maio (1999):

De fato, havia dentro da organização uma imagem positiva do país em matéria racial. Numa época em que a Unesco procurava tornar inteligível o genocídio nazista, no intuito de impedir que o fenômeno viesse a repetir-se, a instituição assumiu como um dos seus principais objetivos criticar e, com isso, eliminar a validade científica do conceito de raça. Neste caso, o Brasil apresentava-se como um “laboratório socioantropológico” privilegiado para desqualificar a importância conferida aos constructos raciais em nome da promissora experiência de miscigenação e assimilação. Todavia, o projeto desenvolveu-se de forma mais complexa. A simpatia que a Unesco nutria pelo Brasil não foi suficiente para determinar o escopo definitivo do estudo e seus resultados. Conforme já demonstrado, a pesquisa da Unesco a princípio só seria realizada na Bahia. A opção preferencial pelo cenário baiano parecia adequar-se à imagem do Brasil como uma democracia racial, onde a interação entre as raças seria harmoniosa. No entanto, os objetivos da investigação foram ampliados, graças sobretudo à atuação de Charles Wagley, Costa Pinto, Roger Bastide, Ruy Coelho e Otto Klineberg, acrescida da visita de Alfred Métraux ao Brasil, no final de 1950, após a qual ele veio a afirmar que o caso paulista seria “susceptível de alterar a imagem talvez demasiadamente otimista que se fazia do problema racial no Brasil” (Métraux, 1951 apud MAIO, 1999).

Neste cenário, o Brasil torna-se referência de “boa convivência entre as raças” e a Unesco “encomenda uma série de pesquisas e estudos” sobre os motivos dessa “suposta” harmonia racial. Essa era a visão de convivência supostamente idealizada, mas, após estudos realizados mais aprofundados sobre o assunto, em especial pelos pesquisadores citados anteriormente a realidade mostra-se totalmente diferente daquele panorama fundado em uma perspectiva de uma “democracia racial”.

CAPÍTULO 2. PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA IDEIA DE “DEMOCRACIA RACIAL”

A “democracia racial” no Brasil é uma questão que vem sendo debatida de longa data e que até hoje continua em um impasse principalmente sobre a sua origem como salienta Guimarães (2002, p. 137): “Os estudiosos das relações raciais no Brasil ficam sempre intrigados com a origem e a disseminação do termo ‘democracia racial’”. A origem desse termo pode causar dúvidas, mas a sua presença na sociedade brasileira mostra-se evidente como podemos observar nas palavras de Guimarães:

Ora, a democracia racial que se implantara no país nos anos 1930, seja como ideal de relações não discriminatórias e não segregacionistas, seja como pacto político de participação de massas urbanas, seja como integração simbólica dos negros à nação, tal democracia pressupunha o papel subordinado de práticas religiosas de origem africana e o caráter sincrético da contribuição dos negros à cultura nacional: não havia lugar para direitos a identidade ou singularidade. Mas, em meados dos anos 1970 era a reinvenção de tal identidade e singularidade que começava a ser atendida pelo Estado brasileiro, ao menos no terreno da cultura. (GUIMARÃES, 2002, p. 159)

Podemos observar que apenas a ideia de “democracia racial” começa a ser implantada a partir dos anos 1930 e com condições subordinadas visivelmente ligadas as práticas religiosas de origem africana e que somente na década de 1970 é que algumas conquistas tornam-se realidade. É importante analisar também que muitas transformações ocorreram para chegarem a esse fim.

Para reforçar a pesquisa sobre o estudo da “democracia racial” no Brasil, Schwarcz (2010) nos indica outro pesquisador sobre essa questão quando afirma:

Enfrentando os impasses dessa sociedade, que conviveu longamente com a escravidão, Fernandes problematizava a noção de “tolerância racial”, contrapondo-a a certo código de decore que, na prática, funcionava como um fosso a separar diferentes grupos sociais. O autor notava, ainda, a existência de uma forma particular de racismo: “Um preconceito de afirmar o preconceito.” A discriminação permanecia, apesar de a atitude ser considerada ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem a pratica). (SCHWARCZ, 2010, p. 34)

Importante colocação citada anteriormente, a separação dos grupos sociais na sociedade brasileira, ou seja, uma sociedade de classes alicerçadas de preconceito enraizado no racismo. Como isso aconteceu? Quais foram os seus fundamentos? Vejamos na opinião de Fernandes (2008):

Duas coisas, porém, parecem claras. Primeiro, a perpetuação, em bloco, de padrões de relações raciais elaboradas sob a égide da escravidão e da dominação senhorial, tão nociva para o “homem de cor”, produziu-se independentemente de qualquer temor, por parte dos “brancos”, das prováveis consequências econômicas, sociais ou políticas da igualdade racial e da livre competição com os “negros”. Por isso, na raiz desse fenômeno não se encontra nenhuma espécie de ansiedade ou de inquietação, nem qualquer sorte de intolerância e de ódios raciais, que essa duas condições fizessem irromper na cena histórica. Em nenhum ponto ou momento o “homem de cor” chegou a ameaçar seja a posição do “homem branco” na estrutura de poder da sociedade inclusiva, seja a respeitabilidade e a exclusividade de seu estilo de vida. Não se formaram, por conseguinte, barreiras que visassem impedir a ascensão do “negro”, nem se tomaram medidas para conjurar os riscos que a competição desse elemento racial pudesse acarretar para o “branco”. (FERNADES, 2008, p. 304)

As colocações do autor nos possibilitam uma série de análises sobre o objeto de estudo. Primeiro mostra que as relações raciais no Brasil foram elaboradas sobre os pilares da escravidão e da dominação senhorial, aqui, de certo modo, o assunto está coerente. Porém, mais adiante algumas afirmações do autor geram dúvidas, quando enfatiza que em nenhum momento o homem de cor ameaça o homem branco na estrutura do poder. Como eles poderiam ameaçar esse sistema sem dispor, sobretudo de instrumentos adequados? Já que viviam em condições assimetricamente diferentes. E por fim, o autor ainda salienta que não havia barreiras para a ascensão do negro na sociedade. Mas, como não! Basta lembrar-se do sistema escravista para percebermos as mais cruéis dificuldades enfrentadas pelas pessoas de cor. Percebemos aqui que Fernandes não lembra que essas desfavoráveis condições em momento algum foram aceitas de modo passional, o autor deixou muito a desejar nesse quesito.

Coerente com as preocupações, sobre a denominada “democracia racial” no Brasil, Schwarcz (2010), nos mostra:

A amplitude da investigação, além de ter fortalecido um debate já constituído de estudos raciais no país, levou à superação da discussão mais naturalista e determinista, que vinculava características físicas e somáticas a perfis morais e psicológicos, ainda em voga nos anos 1930. Mais interessante, ainda, é notar que, com a ingerência de Gilberto Freyre e de Edson Carneiro, o Brasil saía definido como modelo possível de harmonia racial: de laboratório miscigenado e decaído nos transformávamos em paraíso de convivência racial, tudo isso sem alterar em nada a situação real. (SCHWARCZ, 2010, p. 34-35)

Provavelmente, o nome mais ligado à denominada ideologia de “democracia racial” foi o do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, especificamente através da sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), em que seus estudos mostram uma convivência supostamente harmoniosa entre senhores e escravizados na sociedade brasileira. Quanto a essa suposta

idealização de Freyre, Ribeiro (1995, p. 225-226) se mostra contrário quando afirma: “Essa situação não chega a configurar uma democracia racial, como quis Gilberto Freyre e muita gente mais, tamanha é a carga de opressão, preconceito e discriminação antinegro que ela encerra”. Fica evidente que Freyre mostrava-se empenhado mais no intuito de divulgação de sua obra do que mostrar a realidade existente.

E essa questão divulgada de uma convivência branda entre senhores e escravos no Brasil foi fortemente contestada por Fernandes (2008), quando enfatiza:

Como não podia deixar de suceder, essa orientação gerou um fruto espúrio. A idéia de que o padrão brasileiro de relações entre “brancos” e “negros” se conformava aos fundamentos étnico-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da “democracia racial brasileira”. Admite-se, de passagem, que esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo “muito pouco fel” e sendo suave, doce e cristãmente humano. Todavia, tal mito não possuiria sentido na sociedade escravocrata e senhorial. A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a idéia de uma “democracia racial”. (FERNANDES, 2008, p. 309)

A partir do que o autor salienta podemos compreender que já faz muito tempo que existem processos de lutas e de reivindicações por melhores condições de vida, por respeito e por direitos iguais para os negros, esses continuam contestando ainda mais contra esse mito de “democracia racial”. Lembrando que as iniciativas realizadas remetem desde a década de 1930, principalmente com Movimento Negro, como cita Guimarães (2002, p. 57): “Ao mesmo tempo, à medida que o movimento negro acusava Gilberto Freyre por ter passado uma imagem rósea das relações sociais do país, cresceu a reação de alguns intelectuais à tentativa de demonização de Freyre”.

Realmente, após leituras e análises da obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (2006), podemos observar as opiniões que outros autores fazem referenciando a sua obra. Se por um lado ele pretende mostrar uma relação cordial racial entre brancos e negros ou senhores e escravos, a sua obra retrata também a importância do negro na formação do nosso país, seus costumes, suas culturas, enfim, seu modo de viver. Mesmo assim, sua imagem continua como antes, como mostra Maio (1999):

Todavia, nas primeiras décadas do século XX, particularmente entre os anos 20 e 40, devido às transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil e a centralidade do debate intelectual acerca de uma versão definitiva da identidade nacional, houve a substituição da visão pessimista da contribuição das raças formadoras da sociedade brasileira por um enfoque positivo, no qual o intercurso racial transformou-se em indicador de

tolerância e harmonia. A controvertida crença numa democracia racial à brasileira, que teve no sociólogo Gilberto Freyre a mais refinada interpretação, tornou-se assim um dos principais alicerces ideológicos da integração racial e do desenvolvimento do país e foi suficientemente substantiva para atrair a atenção internacional. (MAIO, 1999, p. 144)

Compreende-se aqui que a questão crucial era a de mostrar o Brasil como um país com uma identidade formada e mais uma vez com enfoque positivista em que reinasse a tolerância, mas, isso não correspondia a realidade como nos mostra Nogueira (2006):

Não obstante acobertar uma forma velada de preconceito, a ideologia brasileira de relações inter-raciais, como parte do *ethos* nacional, envolve uma valorização ostensiva do igualitarismo social, constituindo um ponto de referência para a condenação pública de manifestações ostensivas e intencionais de preconceito, bem como para o protesto de elementos de contra as preterições de que se sentem vítimas. Além disso, dado o orgulho nacional pela situação de convivência pacífica, sem conflito, entre os elementos de diferente procedência étnica que integram a população, as manifestações ostensivas intencionais de preconceito assumem o caráter de atentado contra um valor social que conta com o consenso de quase toda a sociedade brasileira, sendo por isso evitadas. (NOGUEIRA, 2006, p. 298)

Assim, mostra-se o racismo à brasileira, consensual como afirma o autor para quase toda a sociedade brasileira e isso conseqüentemente gera repúdio e indignação para quem sofre agressões cotidianamente e também para aqueles que defendem uma vida com direito iguais garantidos e exercidos. Esses fatores podem ser analisados na fala de Guimarães (2002):

O combate à discriminação e às desigualdades raciais tem encontrado resistência por parte da opinião pública brasileira. E isso, em parte, porque a luta contra o racismo, no Brasil, tomou um rumo contrário ao imaginário nacional e ao consenso científico, formado a partir dos anos 1930. Por um lado, o Movimento Negro Unificado, assim como as demais organizações negras, priorizaram em sua luta a desmistificação do credo da democracia racial, negando o caráter cordial das relações raciais e afirmando que, no Brasil, o racismo está entranhado nas relações sociais. O movimento aprofundou, por outro lado, sua política de construção de identidade racial, chamando de “negros” todos aqueles com alguma ascendência africana, e não apenas os “pretos”. (GUIMARÃES, 2002, p. 56)

Questões relevantes apontadas pelo autor na luta contínua contra o racismo, na busca de uma construção identitária. Retomando ao problema em foco, da “democracia racial”, Schwarcz (2010), enfatiza:

Nesse sentido, passados tantos anos, parece insuficiente ficar exclusivamente repisando esse preconceito retroativo, ou delatando a existência de um “racismo cordial”. Demonstrar as falácias do mito da democracia racial (que é de fato um mito) talvez seja tão importante quanto refletir sobre sua eficácia e permanência, que resiste ao descrédito teórico, já anunciado desde finais dos anos 50. (SCHWARCZ, 2010, p. 82)

Através dessas e de outras leituras, interpretações e compreensões entende-se que o mito da “democracia racial” foi fundamentado numa forma de imposição, como nos mostra Fernandes (2008):

Imposto de cima para baixo, como algo essencial à respeitabilidade do brasileiro, ao funcionamento normal das instituições e ao equilíbrio da ordem nacional, aquele mito acabou caracterizando a “ideologia racial brasileira”, perdendo-se por completo as identificações que o confinavam à ideologia e às técnicas de dominação de uma classe social. (FERNANDES, 2008, p. 311)

O autor nos leva a compreender o funcionamento da sociedade brasileira, baseada na hierarquia da função de poder em que as elites políticas e econômicas, como também as midiáticas ainda pretendem determinar o que deve prevalecer. Mas, mesmo assim, as lutas continuam e as falsas ideologias são deveras questionadas como mostra a pesquisa de Guimarães (2002):

Morta a democracia racial, ela continua viva enquanto mito, seja no sentido da falsa ideologia, seja no sentido de ideal que orienta a ação concreta dos atores sociais, seja como chave interpretativa da cultura. E enquanto mito continuará viva ainda por muito tempo como representação do que, no Brasil, são as relações entre negros e brancos, ou melhor, entre as raças sociais (Wagley, 1952 apud Guimarães, p. 168) – as cores – que compõe a nação.

Entendemos assim a existência e a permanência de uma guerra ideológica centralizada na afirmação ou na negação do mito de uma “democracia racial” no Brasil, tendo em seu cerne um dos piores males causados à humanidade (o racismo) como afirma Guimarães (2002):

Noção criada durante a ditadura Vargas para nos incluir no mundo dos valores políticos universais, “a democracia racial” precisa agora se substituída pela simples democracia, que inclui a todos sem menção a raças. Estas, que não existem, fariamos melhor se não as mencionássemos como ideal, como que deve ser, reservando-as para denunciar o que não deveria existir (o racismo). (GUIMARÃES, 2002, p. 168)

Muito bem pautado o pensamento do autor, não fosse à perpetuação de ideologias prejudiciais no mundo a divisão ou nomeação em raças poderia deixar de existir e consequentemente o racismo também poderia chegar a esse fim, mas, como isso ainda não aconteceu as lutas teóricas, ideológicas e humanitárias ainda permanecerão.

CAPÍTULO 3. BREVE HISTÓRICO DE ALGUNS MOVIMENTOS, LUTAS E CONQUISTAS NO COMBATE AO RACISMO NO BRASIL.

Quando há uma abordagem do racismo e suas implicações no Brasil invariavelmente a história nos remete a lembrança de um passado que ficou maculado com as marcas da escravização de seres humanos. O combate ao racismo no Brasil sempre ocorreu revelando a consistência de duras lutas, buscando através de denúncias e reivindicações tanto individuais quanto coletivas o que se deve ter por direito: igualdade, respeito e oportunidade como importantes elementos de experiências cidadãs. Devemos entender que para que isso acontecesse iniciativas foram tomadas, influenciadas e exercidas em contextos e em espaços diferentes. Quem foram os agentes desses movimentos? E o que pretendiam conquistar? Vejamos a opinião de Boulos Júnior (2008):

[...] podemos considerar como Movimento Negro todas as entidades ou indivíduos que lutaram e lutam pela sua liberdade, desenvolvem estratégias de ocupação de espaços e territórios, denunciam, reivindicam e desenvolvem ações concretas para a sua conquista dos direitos fundamentais da sociedade [...] (BOULOS JÚNIOR, 2008, p. 40).

Mas as conquistas desses direitos não foram obtidas com tanta facilidade, principalmente porque os resquícios inseridos no período da escravidão ainda podem ser percebidos, como nos mostra Ribeiro (1995):

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz do torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 1995, p. 120)

O pensamento do autor parece até atemporal, sobretudo focalizando a conjuntura política atual do Brasil e é importante salientar que quem será machucado ou torturado sempre serão os pobres, isso permanece muito evidente. Por fim, o autor mostra que essa situação causa uma forte e real indignação e vislumbra o porvir com uma sociedade mais solidária. Os combates a essas situações referidas anteriormente começaram a ter mais intensidade na década de 1930 e ganhando ainda mais proporção, sobretudo através de manifestações artísticas e culturais na década de 1970, como nos mostra Guimarães (2002):

O moderno movimento negro brasileiro foi criado nos anos 1930, e recriado nos anos 1970, como um programa de combate à discriminação racial e de integração do negro à sociedade de classes. O primeiro lutou para construir a democracia racial que, tempos mais tarde, adquiriu o teor de farsa, denunciado pelo segundo. O primeiro negou as raças e pregou a cor como

“acidente”, o segundo reivindicou a dignidade e o orgulho raciais, como modo de se opor à opressão. Como consequência de sua atuação, a política de identidade racial rendeu, também, frutos visíveis: em vários pontos do país floresceram grupos culturais de afirmação de identidade negra e afro-brasileira, tais como os bailes black, os blocos afro, os grupos rap, os bailes funk etc. A própria forma de identificação racial mudou, pelo menos em certas camadas sociais, sendo comum, hoje, personalidades midiáticas, que antes se definiram como morenas ou mesmo brancas, se identificarem e serem aceitas como negras. (GUIMARÃES, 2002, p. 61)

O autor faz observações que remetem a ampliação do estudo como valores pluriculturais adotados e diferenciando a questão identitária. Podemos entender um pouco dessa problemática nos estudos de Munanga (2009):

Voltando a questão da pluralidade de contextos, a confusão persiste quando estudiosos e militantes falam da construção da identidade negra. De que identidade se trata? Dessa identidade mítico-religiosa conservada nos terreiros religiosos? Da identidade do grupo oprimido que vacila entre a consciência de classe e a da raça? Ou da identidade política de uma “raça” afastada de sua participação política na sociedade que ajudou a construir? Essa última, ainda em formação, que caracteriza a tomada de consciência da jovem elite negra politicamente mobilizada, me parece a mais problemática de todas. Nela se misturam os critérios ideológicos, culturais e raciais. Nesse caso, a situação do mestiço fica mais crítica ainda pela ambivalência racial e cultural da qual ele participa, e sua opção fica geralmente baseada em critérios ideológicos. Também nem todos que participam desse processo vivem plenamente os valores culturais negros. Mas, por causa da discriminação racial da qual todos são vítima, quase todos se referem retoricamente aos valores culturais negros ou tentam recuperá-los, pelo menos simbolicamente, como mostra o discurso da negritude (MUNANGA, 2009, p. 13-14)

O autor focaliza como tema central a dificuldade de conseguir uma definição diante da questão racial, mas enfatiza que o discurso da negritude deve se tornar o padrão como um caminho a ser seguido.

A luta do movimento negro ganhou mais força ainda na década de 1950 com a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), que combatia o modelo imperialista europeu e norte-americano e dava oportunidades e possibilidades de ascensão para a comunidade negra, além de suas manifestações crítico-sociais, como mostra os estudos de Guimarães (2002):

O Teatro Experimental do Negro (TEN) do Rio de Janeiro foi, nesse período, a principal organização negra do país. Embora tivesse, de início, o objetivo, eminentemente cultural, de abrir o campo das artes cênicas brasileiras aos atores negros, acabou, com o tempo, por se transformar em agência de formação profissional, clínica pública de psicodrama para a população negra e movimento de recuperação da imagem e da auto-estima dos negros brasileiros. Seus principais intelectuais, Abdias do Nascimento (1950,1968) e Alberto Guerreiro Ramos (1957), principalmente este último, radicalizaram a crítica ao imperialismo cultural europeu e norte-americano, pregando uma ciência social que se engajasse num projeto de construção

nacional. Para Guerreiro Ramos, negro era o povo brasileiro, não fazendo sentido falar de uma “questão negra” ou cultivar como exóticas formas de expressão cultural próprias da situação de miséria e de ignorância em que se encontrava boa parte da população pobre do país (como se referia principalmente às religiões afro-brasileiras). Os intelectuais do TEN e sua ideologia estiveram, portanto, em sintonia com a política nacionalista e populista da época, cuja expressão maior foi o trabalho de Vargas. Do ponto de vista ideológico, radicalizando o mulatismo de Gilberto Freyre, segundo qual todo o brasileiro traria na alma a marca da mestiçagem, Guerreiro Ramos transforma a negritude em assunção de uma identidade nacional brasileira liberta dos complexos de inferioridade deixados pela colonização portuguesa (GUIMARÃES, 2002, p. 89).

Personagens marcantes nas históricas lutas do movimento negro no combate ao racismo no Brasil, Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos tornaram-se ícones pelas suas contribuições combativas em que propunham o negro não como uma minoria em nosso país, mas como maioria, como um povo com bastante vigor que sempre deveria seguir em busca de suas garantias e de consequentes conquistas.

Ainda com relação à combatividade ao racismo através da cultura e da arte na década de 1970, o Ilê Aiyê representou e ainda hoje representa um ótimo exemplo a ser evidenciado, como nos mostra Boulos Júnior (2012):

Fundada em 1974, a **Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê** é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, que se desenvolveu na Liberdade, um bairro de Salvador com densa população afro-brasileira. Seu objetivo tem sido o de propagar a cultura de matriz africana e combater o racismo (BOULOS JÚNIOR, 2012, p.35).

É importante enfatizar que o Ilê Aiyê a partir dos anos 1980, começou a desenvolver em escolas da Bahia, projetos educacionais referentes ao seu corte racial, sobretudo visando à valorização da identificação étnica. Também nos anos 80, poetas como Solano Trindade e Paulo Colina trabalharam arduamente suas poesias exaltando a liberdade, abordando a negritude e divulgando a poesia afro-brasileira como recurso na luta contra o racismo, como nos mostra a pesquisa de Mello (2013):

No livro *cantares ao meu povo* (1981), Solano Trindade, um dos primeiros poetas a afirmar sua negritude poeticamente, diz no poema Sou negro: “Sou negro/ meus avós foram queimados/ pelo sol da África/ minh’alma recebeu o batismo dos tambores, atabaques, gonguês e agogôs [...]” (TRINDADE, 1981, p.32). E continua ao poema descrevendo seus ancestrais até falar no que resultou: “Na minh’alma ficou/ o samba/ o batuque/ o bamboleio e o desejo de libertação [...]”. (MELLO, 2013, p. 304)

Os poemas de Trindade são assim, afirmando sua identidade, reverenciando muito a importância ancestral e apontando a liberdade, Trindade dizia que seus poemas deviam ser cantados ao invés de serem simplesmente declamados.

No decorrer das décadas de 1980 e 1990, os movimentos contra o racismo começaram a se expandir com novas organizações, por meio de grupos de estudantes universitários, por alguns movimentos religiosos e também partidos políticos, mas, ainda sem conquistas que trouxessem mudanças significativas do cenário em que se encontravam. Vejamos um marco importante no histórico do movimento negro na pesquisa de Rodrigues (2013):

Na fase intermediária, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o contexto em parte assemelha-se ao anterior: uma data a celebrar (tricentenário da morte de Zumbi de Palmares, em 1995) e nova marcha oposicionista dos movimentos negros (Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela vida em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995). A marcha até hoje é considerada um momento histórico para os militantes, já que exigiu o enfrentamento das fragilidades dos movimentos (apoio financeiro, organização interna, superação de antagonismo etc.), além de ampliar o horizonte das articulações com centrais sindicais, políticos de esquerda e outros atores que vieram a construir a agenda política. (RODRIGUES, 2013, p. 170).

Esse foi um dos movimentos cruciais em busca de melhores condições de vida e de garantias para a população negra do país. Mesmo com forte pressão e repercussão mudanças não foram feitas durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, mas, as campanhas continuavam e as tão desejadas mudanças ficavam cada vez mais próximas. E foi a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva que os anseios tão desejados, não só dos movimentos negros como também das classes mais pobres do país foram vislumbrados com mais intensidade para depois tornarem-se realidade. Visando a erradicação da discriminação racial órgãos foram criados já no início do mandato do governo Lula, como nos mostra Rodrigues (2013):

No governo seguinte, mais precisamente no dia internacional pela eliminação da discriminação racial, 21 de março de 2003, foi criada a Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). A estrutura organizacional da SEPPIR configurou-se em subsecretarias de planejamento e formulação de políticas de promoção da igualdade racial, políticas de ações afirmativas e políticas para comunidades tradicionais, além de um órgão colegiado de caráter consultivo, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). (RODRIGUES, 2013, p. 172).

Agora, com essas iniciativas os movimentos negros no Brasil sentem-se amparados e representados por órgãos e leis que pouco a pouco iniciam grandes transformações que conseqüentemente lhes trazem benefícios e que garantem sua permanência, o que é de suma

importância. Além disso, as melhorias não pararam por aí, questões como possibilitar condições adequadas de moradia, educação de qualidade, esportes, cultura e lazer, além de trabalho foram colocadas em pautas e desenvolvidas gradativamente. É evidente que não foram resolvidos todos os problemas, alguns avanços foram feitos e outros ainda estão em processo.

Também foram realizadas propostas de desenvolvimento de acordo com as ações afirmativas, que segundo Munanga (2006):

As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e a discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidade para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade. (MUNANGA, 2006, p. 186)

Com a consolidação e as iniciativas das ações afirmativas buscou-se promover um retorno de melhores condições de vida para a população negra brasileira após tantos e tantos anos de lutas, isso foi mais que merecido. Questões como boas possibilidades de trabalho, direitos à saúde e à educação foram garantidas, além de bolsas de estudos e de cotas nas universidades que fizeram parte desse projeto. Não podemos esquecer a importância dada a Cultura e a Religiosidade de Matriz Afro-Brasileira e a implementação das diretrizes curriculares da Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatória o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio nas escolas públicas e particulares do Brasil.

Por fim, percebemos que mesmo depois de tantas e tantas conquistas o problema do racismo ainda ressurgiu como uma questão que não foi ainda eliminada por completo, e as lutas continuam acontecendo cotidianamente tendo em vista a importância da dedicação de cada indivíduo no seu combate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As implicações ocorridas na sociedade brasileira referentes ao racismo foram muitas. De fato, as causas e conseqüências decorridas nessa esfera necessitam de uma análise e de uma atenção maior para serem observadas e compreendidas juntamente nos contextos históricos, políticos e sociais. Ademais, devemos refletir e questionar que a ideologia do racismo foi e ainda continua sendo um ponto relevante para o bem ou para o mal como objeto de estudo. Essa polaridade abre um leque de possibilidades com opiniões e com argumentos, tanto com embasamentos objetivos quanto como subjetivos, e daí a história é vista por outras perspectivas e o conhecimento adquirido se torna cada vez mais, algo muito revelador e intrigante.

A partir dessa linha de pensamento ficou perceptível que estudar e analisar o racismo em toda a sua extensão seria certamente um trabalho muito árduo para ser realizado em tão pouco tempo. Assim, decidiu-se optar por delimitá-lo fazendo uma breve síntese, um breve ensaio com foco no racismo inserido no Brasil, apontando alguns dos fatos ou acontecimentos que de certa forma marcaram a história do nosso país entre o ano de 1870 até os dias atuais.

O tema é muito complexo porque envolve problemas políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais. Por isso, certamente que algumas lacunas ficarão abertas. Mesmo assim, espera-se que este trabalho possibilite mesmo que temporariamente proporcionar elucidações acerca do desenrolar histórico no Brasil, procurando evidenciar acima de tudo as constantes lutas contra o racismo e como as várias vitórias e conquistas significativas da população negra continuam quebrando paradigmas na busca de uma vida com dignidade plena merecida para qualquer cidadão.

E na luta contra o racismo finalizo com o pensamento de Bertolt Brecht: “Nós vos pedimos com insistência: Não digam nunca ‘Isso é natural!’ Diante dos acontecimentos de cada dia, numa época em que reina a confusão, em que corre sangue, em que o arbitrário tem força de lei, em que a humanidade se desumaniza, não digam nunca: ‘Isso é natural!’ Para que não passe a ser imutável!”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **Imagens da África, dos africanos e seus descendentes em coleções de didática de História** aprovadas no PNLD de 2004. 2008. (Tese de doutorado). São Paulo: PUC, 2008. P. 40.

_____. **História sociedade & cidadania** – Edição reformulada, 6º/ Alfredo Boulos Júnior. – 2 ed. – São Paulo: FTD, 2012.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: Estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil/ Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento** (organizadoras). 6. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FERNANDES Florestan, 1920-1995. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)**, volume 1/ Florestan Fernandes; prefácio Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. – 5. ed. – São Paulo: Globo, 2008. (Obras reunidas de Florestan Fernandes)

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal/ Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso.** – 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006. – (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia/ Antonio Sérgio Alfredo Guimarães.** – São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002. 232 p.

MAIO, Marcos Chor. **O PROJETO UNESCO E A AGENDA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL NOS ANOS 40 E 50.** RBCS Vol. 14 nº 41 outubro/99

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos/ Kabengele Munanga.** – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. – (Coleção Cultura Negra e Identidades).

_____. **O negro no Brasil hoje.** São Paulo: Global, 2006. (Para entender).

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo Social revista de sociologia da USP, v. 19, nº 1. 2006.

OLIVEIRA, G. Ribeiro de. RAMOS, J. F. P. OKOUDOWA, Bruno. **Cá e acolá: experiências e debates multiculturais/** Gledson Ribeiro de Oliveira, Jeannette Filomeno Pouchain Ramos, Bruno Okoudowa [organizadores] et al... – Fortaleza: Edições UFC, 2013.

PENA, Sérgio D. J. **Homo brasilis: aspectos genéticos, linguísticos, históricos e socioantropologicos da formação do povo brasileiro/Sérgio D. J. Pena, organizador** – Ribeirão Preto, SP: FUNPEC-RP, 2002.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Origens e significados do termo raça.** 12/05/2011 - Lei 10.639/03.

RIBEIRO, Darcy, 1922-1997. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil /Darcy Ribeiro.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, 1957. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930/Lilia Moritz Schwarcz.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Racismo no Brasil/Lilia Moritz Schwarcz.** 2ª ed. – São Paulo: Publifolha, 2010. – (Folha explica)